



Convênio n° 13/2005
Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)
Secretaria do Desenvolvimento Territorial (SDT)
Plural Consultoria, Pesquisas e Serviços

**Plano Territorial
de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS)
do Território Norte do Espírito Santo**

**Este Plano foi elaborado pelas organizações e
instituições que compõem o território por meio de atividades apoiadas pelo
Convênio SDT-MDA/Plural**

Novembro de 2006

PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

**TERRITÓRIO NORTE DO
ESPÍRITO SANTO**

**Comissão de Implantação das Ações Territoriais
Norte Capixaba**

Novembro de 2005

COMISSÃO DE IMPLANTAÇÃO DE AÇÕES TERRITORIAIS – CIAT

Composição:

Representantes da Sociedade Civil

- **ARCO** – Agência Regional de Comercialização/Nova Venécia
- **FETAES** – Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Espírito Santo
- **CPT** – Comissão Pastoral da Terra
- **MST** – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
- **RACEFFAES** – Regional das Associações dos Centros Familiares de Formação em Alternância do Espírito Santo
- **MPA** – Movimento dos Pequenos Agricultores
- **APESAM** – Associações de Pescadores de São Mateus
- **APTA** – Associação de Apoio a Projetos de Tecnologias Alternativas
- **Quilombolas** – representação dos remanescentes
- **ASA** – Articulação do Semi-árido Capixaba

Representantes do Poder Público

- **INCAPER** – Instituto Capixaba de Pesquisa de Extensão Rural – ELDR de Barra São Francisco
- **INCAPER** – Instituto Capixaba de Pesquisa de Extensão Rural - ELDR de Pinheiros
- **Prefeitura Municipal de São Mateus**
- **Prefeitura Municipal de São Gabriel da Palha**
- **Prefeitura Municipal de Boa Esperança**

PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL **SUSTENTAVEL** **TERRITÓRIO NORTE CAPIXABA**

1 - APRESENTAÇÃO

A construção do presente documento só foi possível devido ao intenso envolvimento de todos os atores sociais do território norte do Espírito Santo. Ele é o resultado do somatório dos diversos momentos em que tanto a sociedade civil e o poder público se esforçaram para a construção de um processo dialógico e pró-ativo e de uma agenda positiva de ações e eventos territoriais. Ele resgata a trajetória desde a constituição do território até a sua elaboração propriamente dita quando estiveram envolvidos CIAT, Núcleo Técnico e as assessorias. Busca situar no território e no contexto do Desenvolvimento Rural do estado e mais especificamente no norte capixaba, a Agricultura Familiar e um conjunto de ações para superar os entraves ao desenvolvimento deste segmento.

2 - INTRODUÇÃO

Um dos objetivos da Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT do Ministério do Desenvolvimento Agrário é contribuir efetivamente para o desenvolvimento de territórios rurais onde predominem agricultores familiares e beneficiários da reforma e do reordenamento agrário, quilombolas e pescadores artesanais, colaborando para a ampliação das capacidades humanas, institucionais e da autogestão dos territórios.

É preciso aprofundar mudanças e avançar em direção a novos conceitos nas relações entre o Estado e a Sociedade, estabelecendo políticas públicas abrangentes e duradouras, apoiando a organização e o fortalecimento institucional dos atores sociais locais na gestão participativa do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e promovendo a implantação e integração de políticas públicas.

A agricultura familiar é fundamental nesse processo. Ocupando mais de quatro milhões de estabelecimentos agropecuários no país (praticamente 90% do total) e respondendo por 40% do valor bruto da produção agropecuária, a agricultura familiar ocupa apenas 33% da área total disponibilizada para a agropecuária. Ela tem um imenso espaço para crescer e desenvolver-se e espera-se com isso que com os fundamentos da abordagem territorial, seus efeitos se multipliquem.

O desafio é construir, negociar e “consertar” as estratégias de desenvolvimento territorial, articulando políticas públicas nos diversos níveis de governo, diferentes setores em diferentes dimensões, em sintonia com as necessidades das populações

territoriais e organizações da sociedade civil, tendo como eixo norteador a agricultura familiar e a reforma agrária.

O acesso aos serviços públicos básicos é condição para que o desenvolvimento se converta em benefícios concretos para as populações mais pobres. As organizações sociais e os poderes públicos locais são os atores fundamentais do processo de gestão social das políticas públicas, articulando-as com suas prioridades.

Estas políticas deverão apoiar a formação de infra-estruturas sociais e econômicas, implementar mecanismos de desenvolvimento e de proteção social, promover o ordenamento territorial, incentivar a prática de inovações tecnológicas, sociais e institucionais e promover a diversificação e dinamização econômica territorial.

3 - CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

A ocupação do norte do Espírito Santo só começou nas primeiras décadas do século XX, e ganhou novo impulso depois da construção da ponte de Colatina sobre o rio Doce, inaugurada em 1928. A economia capixaba contou com a migração de contingentes do sul e do centro do país para aquela área, e assim firmou-se o cultivo do café, que respondeu por 95% da receita em 1903. Durante a primeira guerra mundial, o porto de Vitória figurava como o segundo grande exportador nacional.

A criação de bovinos serviu-se de solos virgens no norte do estado, em terrenos desmatados. Nessa área cria-se e engorda-se gado de corte, e ali desenvolveu-se a indústria frigorífica, cuja carne é enviada principalmente para o Rio de Janeiro, além de abastecer a região de Vitória.

3.1 - AGRICULTURA FAMILIAR NO ESPÍRITO SANTO

Segundo estudo do INCRA, 77 % dos estabelecimentos rurais do Estado do Espírito Santo são familiares. Esse enorme contingente de trabalhadores “com terra” detém 40% da área e gera 36% do valor da produção rural. Esse é o perfil aproximado da agricultura familiar no Estado do Espírito Santo.

A agricultura familiar é uma variável chave a ser levada em consideração na formulação do planejamento estratégico da agricultura capixaba. Os números abaixo sintetizam a dimensão e a importância desse modo de produção no território capixaba:

- Abrange 77% do total dos produtores
- Ocupa 220 mil agricultores
- Abrange 40% da área rural
- Gera 36% do Valor da Produção Agropecuária

- Responde por 61% da produção de olerícolas
- Produz 56% da produção de cereais
- É responsável por 43% da produção de frutas, e por 62% quando não se considera a produção de mamão;
- Produz 42% da produção de leite;
- É responsável por 41% da produção cafeeira.

3.2 - ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO

Os dados sobre distribuição fundiária mostram que, nas últimas duas décadas, houve uma fragmentação dos estabelecimentos menores de 100ha, principalmente por sucessão hereditária, o que tem inviabilizado muitos pequenos produtores devido ao reduzido espaço para a produção. Isto remete a mais um desafio, além daquele de viabilizar o assentamento para os sem terra: viabilizar também a terra para famílias com pouca terra. No território este fato também pode ser notado conforme tabela abaixo.

Municípios	Estabelecimentos (nº)								
	Até 10 ha	Mais de 10 a 20 ha	Mais de 20 a 50 ha	Mais de 50 a 100 há	Mais de 100 a 200 ha	Mais de 200 a 500 ha	Mais de 500 a 1000 ha	Mais de 1000 ha	Total de Estab.
Água Doce do Norte	196	222	314	138	57	26	1	1	955
Águia Branca	272	247	267	111	31	18	4		950
Barra de São Francisco	832	513	529	213	81	25	9	3	2.205
Boa Esperança	97	75	135	79	41	19	5	3	454
Conceição da Barra	248	136	63	35	16	20	4	7	529
Ecoporanga	182	243	391	211	158	141	50	35	1.411
Jaguaré	215	213	239	113	45	34	8	1	868
Montanha	243	81	128	107	98	72	30	13	772
Mucurici	142	181	139	94	67	68	22	18	731
Nova Venécia	390	454	516	263	150	90	16	4	1.883
Pedro Canário	140	30	46	30	39	42	12	7	346
Pinheiros	153	77	122	84	80	55	17	11	599
Ponto Belo									
São Gabriel da Palha	368	390	504	136	48	12	4	2	1.464
São Mateus	804	556	567	243	141	80	31	19	2.441
Vila Pavão	241	293	348	117	38	18	7	1	1.063
Vila Valério									
a) Total do Território	4.523	3.711	4.308	1.974	1.090	720	220	125	16.671
b) Total do Estado	23.492	15.456	19.759	8.197	3.691	1.944	467	202	73.208
c) % de a/b	19,25	24,01	21,80	24,08	29,53	37,04	47,11	61,88	22,77

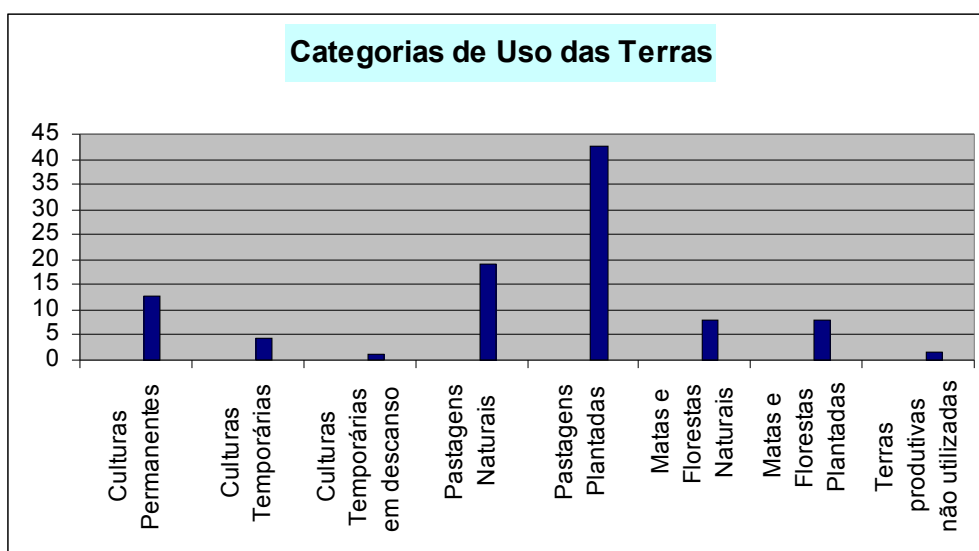
No Território Norte Capixaba, podem ser destacados cinco grupos de fatores específicos que funcionam como limitadores ao desenvolvimento rural sustentado, quais sejam:

a - Fatores ligados à política agrícola estadual e municipal

- A redução dos recursos orçamentários do poder público estadual destinados ao apoio ao setor agrícola, nos últimos anos;
- Desestruturação das ações de pesquisa, assistência técnica e extensão rural;
- Redução acelerada do quadro de pessoal das instituições do Estado;
- Ausência de uma política de longo prazo para o setor;
- Falta de investimentos em infra-estrutura no campo.

b - Fatores ligados a recursos naturais

- A existência de aproximadamente 600.000 hectares de áreas degradadas e mais especificamente no norte, o avanço da monocultura de eucalipto, da cana-de-açúcar, das pastagens e até mesmo do café, podem ser considerados como um fortes limitadores da expansão de culturas existentes e mesmo para a diversificação. Em se levando em consideração a atividade da pecuária, sobretudo a de corte, a pressão de uso dos solos aumenta consideravelmente e, com isso, todos os processos de degradação daí decorrentes. O gráfico a seguir ilustra o uso da terra no território norte.



- A escassez hídrica em algumas regiões impõe limitações sérias ao bom desempenho de atividades consideradas importantes, como a cafeeira, a pecuária, a fruticultura e a cana-de-açúcar. Toda a área do território norte está incluída na região da ADENE, portanto, devendo portanto ser alvo de política diferenciadas.

c - Fatores ligados à infra-estrutura e logística

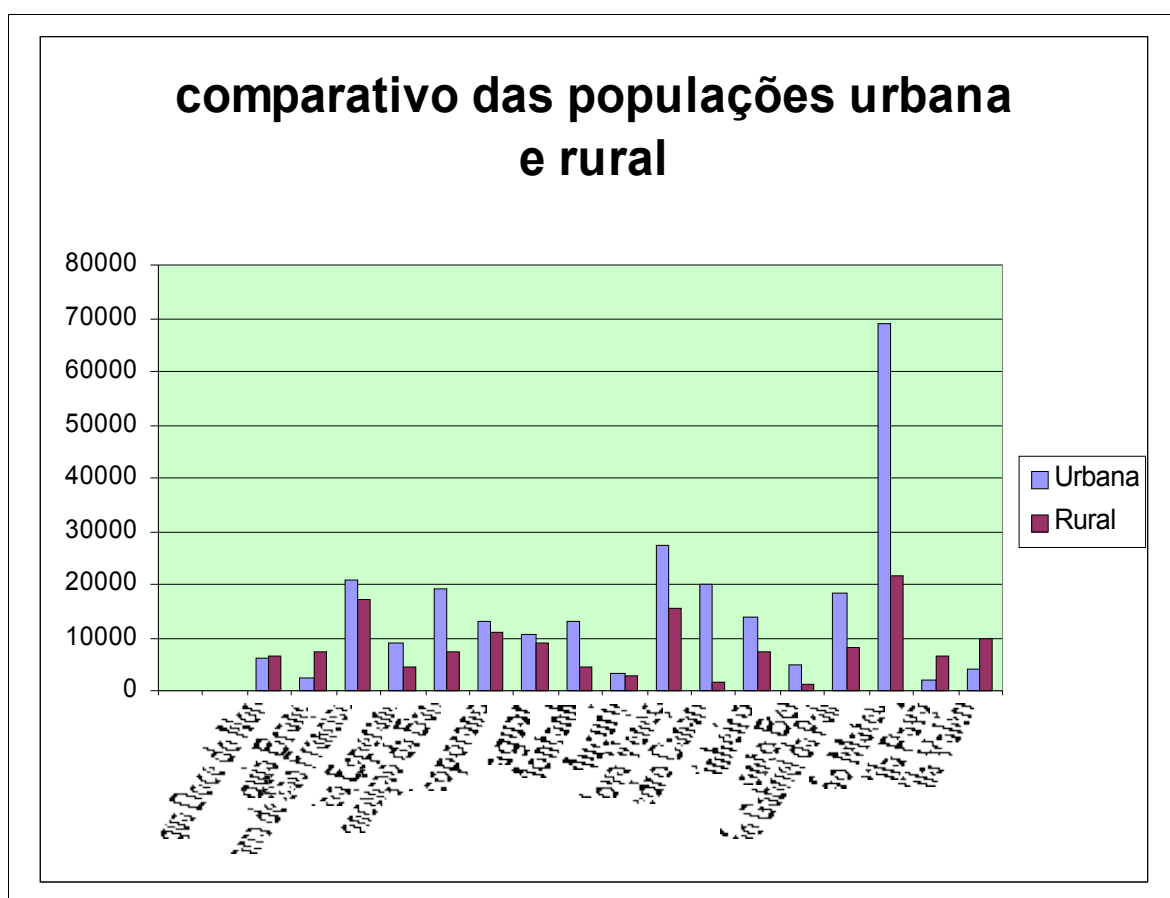
- Apesar de dispor de uma dos maiores e modernos sistemas portuários e ferroviários, pouco dessa estrutura está adaptada às características das demandas da produção agrícola, à exceção do café e da celulose;
- Dado o tamanho reduzido do seu mercado, o Espírito Santo necessita e depende fortemente dos mercados nacional e internacional para o seu desenvolvimento. Esse é um fator que acaba por reforçar os discursos e ações no sentido de privilegiar algumas culturas poupadoras de mão-de-obra em detrimento da produção diversificada da Agricultura Familiar não só no estado, como também no território.

d - Fatores relacionados ao capital humano e social

- Existem carências na área educacional, especialmente no que se refere ao atendimento da pequena produção familiar. Essa carência é observada na educação formal, muitas vezes desconectada das realidades regionais. Também a formação profissional apresenta-se deficiente; se levarmos em conta a tabela a seguir com o IDH-M do território pode-se perceber que apesar da educação apresentar níveis próximos ao do estado no geral, a baixa perspectiva de vida e os baixos níveis de renda, comprovam a necessidade de políticas centradas na Agricultura Familiar.

Município	IDH-M	IDH-M por componente		
		Longevidade	Educação	Renda
Água Doce do Norte	0,659	0,626	0,767	0,583
Águia Branca	0,686	0,641	0,787	0,630
Barra de São Francisco	0,701	0,663	0,794	0,645
Boa Esperança	0,694	0,641	0,810	0,631
Conceição da Barra	0,688	0,638	0,810	0,617
Ecoporanga	0,695	0,681	0,793	0,612
Jaguare	0,691	0,635	0,793	0,644
Montanha	0,717	0,692	0,796	0,663
Mucurici	0,679	0,692	0,776	0,570
Nova Venécia	0,738	0,704	0,837	0,673
Pedro Canário	0,673	0,635	0,787	0,598
Pinheiros	0,709	0,705	0,801	0,621
Ponto Belo	0,696	0,692	0,791	0,604
São Gabriel da Palha	0,742	0,730	0,806	0,689
São Mateus	0,730	0,665	0,843	0,680
Vila Pavão	0,688	0,676	0,787	0,602
Vila Valério	0,699	0,676	0,771	0,649
Território	0,709	0,670	0,810	0,650
Estado	0,765	0,721	0,850	0,719

Tais políticas devem vir no sentido de melhoria da qualidade de vida e produção de alimentos, pois a manutenção das famílias no campo produzindo diminuirá a crescente migração para as cidades como mostra o gráfico a seguir.



de desenvolvimento.

- O território norte possui uma vasta experiência das Escolas de Alternância porém, apesar da importância destas para o desenvolvimento do território, reconhecida e priorizada como eixo estratégico pelos atores sociais, muito ainda é preciso que se faça para que essas unidades de ensino possam vir de fato a contribuir para a melhoria da condição do capital social e humano no território.

e - Fatores de natureza informacional

Dificuldade de acessar informações pode ser considerada também um fator limitativo para alguns segmentos da agricultura capixaba, sobretudo aqueles mais fortemente dependentes da pequena produção. São observados problemas tanto na produção de informações quanto também no acesso às mesmas. Essas informações se referem tanto aos mercados quanto às tecnologias disponíveis.

4 - JUSTIFICATIVA

A necessidade de se consolidar um Programa desta natureza na Região Norte do Espírito Santo se dá em função de ser uma região que, apesar de apresentar profundas desigualdades sociais, possui uma forte articulação social, necessitando de mais espaços para fortalecerem os laços entre si. Estas diferentes articulações, que atuam nos mais variados segmentos do território (mas principalmente no setor de apoio ao camponês), têm participado ativamente do processo de construção deste espaço territorial e acreditam que, a partir do momento que se iniciarem as primeiras ações com vistas ao fortalecimento e consolidação do território, os intercâmbios entre elas só irão fazer com que aumente o grau de participação das pessoas. Além disso, o relacionamento inter-institucional que ainda é bastante frágil, só tem a ganhar à medida que as discussões e propostas encaminhadas pelo grupo de trabalho, se orientem com objetivo de encontrar soluções, não mais isoladas para problemas comuns aos municípios integrantes deste território, contribuindo dessa forma para otimizar a utilização dos poucos recursos existentes à disposição destes mesmos municípios.

Amartya Sen em seu livro “Desenvolvimento como Liberdade”, distingue duas alternativas gerais e antagônicas a respeito de desenvolvimento, e que, segundo ele, podem ser encontradas tanto em estudos de economistas quanto em debates públicos. A primeira alternativa sustenta que o desenvolvimento é um processo feroz, duro, violento, misturado com muito “sangue, suor e lágrimas”. Nessa perspectiva, a construção do desenvolvimento requer, de um lado, que sejam o máximo possível, afastadas as preocupações consideradas “frouxas”, tais como o “luxo” da democracia e, de outro, que ela seja feita sobre as bases sólidas do trabalho incansável e da dureza da disciplina. O desenvolvimento, nesse sentido, poderia ser facilmente identificado com crescimento econômico.

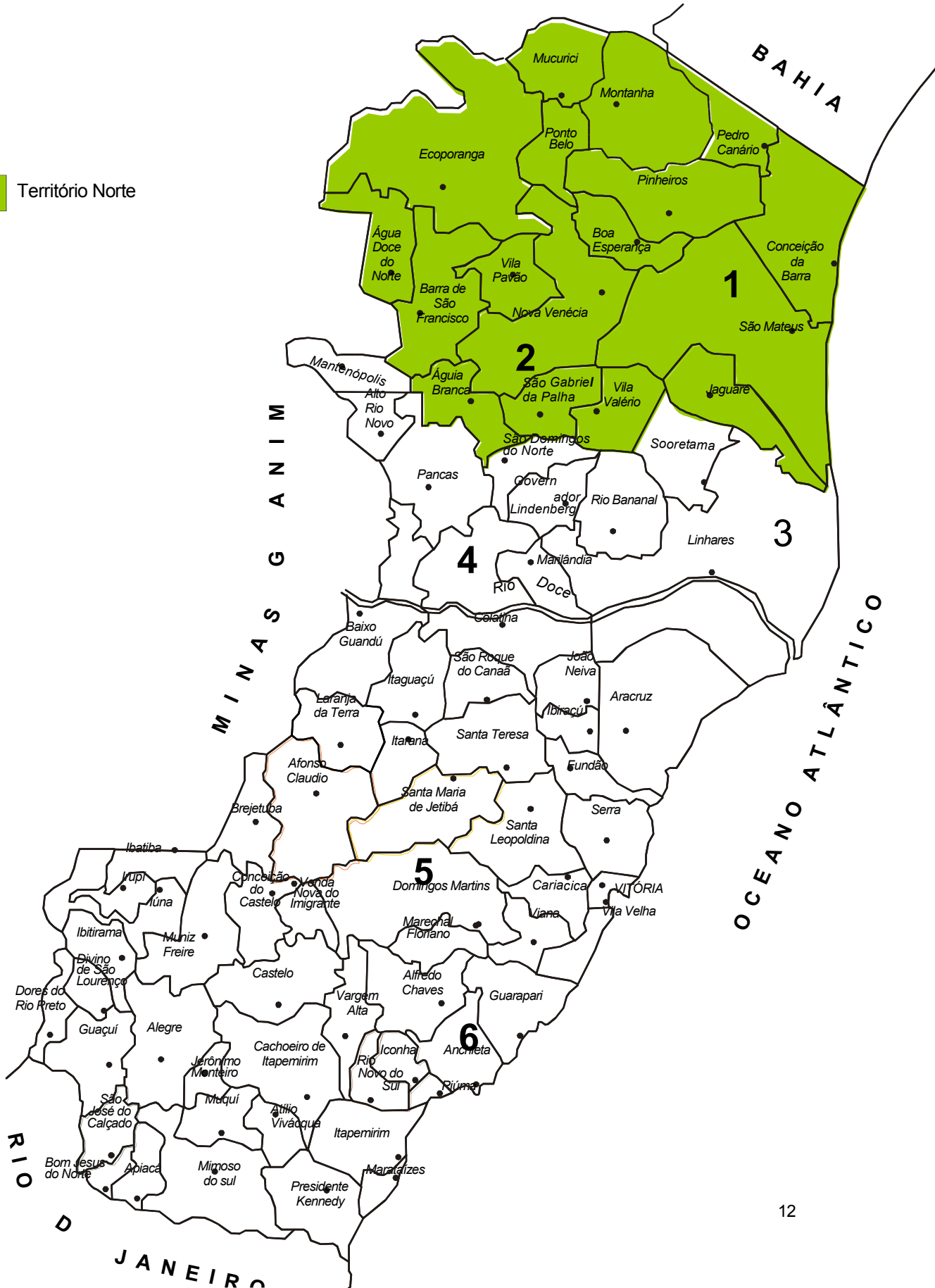
A Segunda alternativa sustenta, ao contrário, que o desenvolvimento é um processo “amigável”, que pode ser construído com base em trocas mutuamente benéficas na edificação e atuação de redes de segurança, da liberdade, ou pela combinação destas dimensões, ou, “ *o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam*”, sem deixar de supor no entanto, que itens como crescimento econômico, aumento das rendas pessoais e a modernização social são meios para esta expansão da liberdade. Desse modo, o desenvolvimento não se identifica com o crescimento econômico, como na primeira alternativa, e nem com uma meta ou com um horizonte a ser atingido, mas como uma estratégia ou um processo que implica, ao longo do tempo, em mudanças culturais, sociais, econômicas e políticas, todas interligadas, de modo a estruturar as bases para a expansão das liberdades.

Embora não haja consenso sobre o conjunto de elementos envolvidos ou sobre uma nova teoria para o desenvolvimento rural, algumas questões-chave estão colocadas para as entidades envolvidas num processo de desenvolvimento territorial, particularmente as entidades de assistência técnica e extensão rural, públicas ou não, entre as quais cabe destacar: o Programa Fome Zero, que exigirá uma maior e mais qualificada produção de alimentos; a necessidade de geração de ocupações agrícolas e não agrícolas no meio rural; o apoio aos setores mais debilitados da população rural, de modo a garantir melhorias na qualidade de vida desta população; a realização de ações capazes de melhorar o acesso dos agricultores familiares às políticas públicas em geral; e, sem dúvidas, a adoção de estratégias participativas e democráticas que incluam o imperativo de proteção ambiental, conservação dos recursos naturais e produção de alimentos saudáveis.

Por estas e outras razões que irão transparecer no decorrer do processo de implantação e consolidação do Território Norte do Espírito Santo, é que se faz necessário um programa desta natureza nesta região devido ao seu fator determinante que é qualificar e ampliar a inclusão social do homem e da mulher do campo pelas vias da educação comprometida com o social, da ampliação da consciência e prática Agroecológicas e vivência solidária e comunitária. Esses fatores juntos, são desencadeadores do fortalecimento da identidade deste território, possibilitando às populações da região uma dinâmica inclusiva e norteadora de uma agricultura familiar sustentável, ou seja, ecologicamente correta, economicamente viável e socialmente justa.

Território Norte

1 Território Norte



5 - OBJETIVO GERAL

Potencializar e qualificar o Desenvolvimento Sustentável do Território Rural do Norte do Estado do Espírito Santo, através do fortalecimento da participação e capacidade de gestão social dos atores sociais, em especial da agricultura familiar, assentados da reforma agrária e das populações rurais tradicionais apoiando ações de diversificação e dinamização econômica de seus empreendimentos integradas com as diversas políticas públicas visando à redução das desigualdades sociais e a geração de riquezas com equidade social.

5.1 – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- implementar a qualificação dos membros da CIAT e do Núcleo Técnico para que exerçam com eficiência suas atribuições em todos os níveis inerentes à gestão social, territorial, democrática e participativa dotando-a de condições objetivas para se reunir, monitorar a implantação dos projetos setoriais ou específicos, articular-se com outros atores sociais para dentro e para fora do território, dar visibilidade social às ações territoriais, etc.;
- apoiar ações de diagnóstico participativo e de elaboração do Plano de Desenvolvimento Territorial com mais acuidade e profundidade ampliando a qualidade e quantidade de informações necessárias às ações decisórias dos atores sociais quanto aos rumos do desenvolvimento do território;
- aportar recursos financeiros para as experiências de Educação do Campo através da melhoria das estruturas físicas e equipamentos dos CEFFA's (Centros Familiares de Formação em Alternância) do Território de forma a favorecer a aprendizagem e qualificação da educação dos filhos e filhas dos agricultores e agricultoras familiares nas escolas do campo, como referencial para o intercâmbio e desenvolvimento dos territórios;
- apoiar os processos de constituição de cooperativas de crédito solidário da agricultura familiar através da dotação de infra-estrutura que permita a prestação de serviços de qualidade e democratização do acesso ao crédito e a serviços financeiros como instrumentos de alavancagem do Desenvolvimento Territorial;
- implantar agroindústrias familiares descentralizadas como forma de agregar valor à produção;
- implantar unidades de experimentação participativa agroecológica camponesa visando a multiplicação de saberes;
- realizar capacitações dos atores sócias em diversas áreas temáticas.

6 – ANTECEDENTES E CONSTITUIÇÃO DO TERRITÓRIO NORTE

A homologação do Território do Norte do Espírito Santo teve sua origem num amplo processo de debate entre o INCRA-ES, a sociedade civil organizada e os movimentos sociais e, posteriormente, com a SDT e CEDRS. Opondo-se aos critérios de como os demais territórios haviam sido criados no estado, esse conjunto de entidades demonstrou que era preciso se aproximar das diretrizes da Política de Desenvolvimento Territorial da SDT/MDA bem como do público prioritário por ela privilegiado. O INCRA-ES elaborou então, um estudo para apresentação junto ao Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável que dentre outras coisas, versava:

Segundo as diretrizes nacionais, todas as ações referentes à Reforma Agrária estarão centradas na definição de áreas reformadas. Tratam-se de áreas de atuação privilegiada que possuem grande concentração de terras, assentamentos e acampamentos de trabalhadores sem terra e que apresentam potencial de desenvolvimento econômico-social para a agricultura familiar.

A promoção do desenvolvimento territorial se dará a partir da concentração espacial e da integração produtiva entre os diversos beneficiários, tendo como foco a viabilidade econômica dos sistemas locais de produção rural, onde poderão ser montados programas de assistência técnica e extensão rural, associativismo e cooperativismo, crédito, comercialização e agroindustrialização.

O trabalho do INCRA¹ demonstra que na delimitação das áreas reformadas para o Espírito Santo, utilizou-se os parâmetros e respectivos indicadores sócio-econômicos, extraídos do Censo Agropecuário do IBGE e do Sistema Nacional de Cadastro Rural do INCRA.

- Áreas de conflitos pela posse da terra, expressa pela número de famílias acampadas;
- Concentração de assentamentos, expressa pelo número de famílias assentadas;
- Demanda pela terra, expressa pelo número de pessoas detentoras de minifúndio e agricultores com acesso precário à terra (parceiros, arrendatários, ocupantes) e sem terra (assalariados);
- Concentração fundiária, expressa tanto pelo número de estabelecimentos acima de 500 e 1.000 ha quanto de estabelecimentos considerados minifúndios;
- Situação fundiária irregular, expressa pelo número de pequenas posses (até 100 ha);

¹ VillasBoas, M. A. Áreas Reformadas no Espírito Santo: um proposta em discussão. INCRA-ES – Vitória, 2004, mimeo.

- Níveis de pobreza, expressos nos índices de Gini geral (referentes à renda monetária) e número de famílias com menos de 0,25 salários mínimos.

Segundo o referido estudo, as análises foram feitas em torno de 3 agregados geográficos: meso e micro-região homogêneas e municípios segundo divisão territorial definida pelo IBGE. A metodologia partiu, num primeiro momento, para a seleção das meso-regiões e dentro destas das micro-regiões e, por fim, dos municípios. Percebe-se que dos 17 municípios que atualmente compõem o Território Norte, 12 deles apresentaram parâmetros de identidade territorial refletidos pelas discrepâncias da realidade agrária e agrícola.

Tem-se assim que as micro-regiões e respectivos municípios selecionados, segundo os critérios estabelecidos, foram:

- *Micro Região Barra de São Francisco: municípios de **Barra de São Francisco, Água Doce do Norte, Águia Branca e Ecoporanga;***
- *Micro-região Montanha: municípios de **Montanha, Mucurici, Ponto Belo e Pinheiros;***
- *Micro-região Nova Venécia: município de **Nova Venécia** em primeiro plano e **São Gabriel da Palha e Boa Esperança** em segundo (este último devido a expressiva participação de grandes propriedades no total da micro-região) e abrangendo também **Vila Valério e Vila Pavão;***
- *Micro-região São Mateus: municípios de **São Mateus, Jaguaré, Pedro Canário e Conceição da Barra;***

Os critérios utilizados das micro-regiões/municípios selecionados podem ser vistos abaixo.

Indicadores	Noroeste	Lit. Norte	Central	Sul
Famílias acampadas (%)	43	18	5	33
Inscritos correios (%)	34	34	12	20
Minifundistas (%)	22	16	33	28
Parceiros, Arrend., etc. (%)	10	6	60	24
Assalariados (%)	29	28	19	24
Posseiros (%)	28	24	23	25
Famílias assentadas (%)	28	42	7	24
Nº Estab. >500 há (%)	29	48	6	16
Nº Estab. > 1.000 há (%)	28	54	4	14
Índice de Gini geral	0,588	0,611	0,603	0,585
Níveis de Pobreza	0,66	0,57	0,46	1,04
Classificação	****	****	*	****

Fonte: INCRA-ES

Juntas, as meso-regiões Noroeste e Litoral Norte, conformam o atual Território, explicando então, a sua “delimitação”. O estudo do INCRA-ES (2004) conclui que:

A região central embora apresente grande número de minifúndios e demais produtores com acesso precário à terra (parceiros, arrendatários, etc.), é a região de menor conflito (menor número de famílias acampadas), menor número de famílias assentadas e de menor concentração fundiária. Ou seja, é uma região que se caracteriza por um grande número de pequenas e médias propriedades.

Já as meso-regiões Noroeste e Litoral Norte apresentam a maior parte dos grandes estabelecimentos no estado (77 e 82% do total de estabelecimentos maiores que 500 e 1.000 ha respectivamente), e onde se localizam 70% do total de famílias assentadas. Concentram também 61% das famílias acampadas. Trata-se de uma região de forte concentração fundiária, manifesta na presença expressiva de grandes propriedades de exploração capitalista destinadas ao reflorestamento, cana-de-açúcar, fruticultura (mamão) e pecuária de corte. Esta última está presente em parte significativa da região Litoral Norte e compõe a maior parte das terras na região Noroeste.

No cerne da questão está a qualificação dos argumentos que demonstram critérios diferenciados entre o INCRA-ES e a Secretaria da Agricultura do Espírito Santo que apontava outras áreas do estado como prioritárias para implantação da Política de Desenvolvimento Territorial em detrimento daquelas com maior concentração de “quesitos” representativos dos atores sociais a quem a política se destina. Com relação às áreas apontadas por aquele órgão o referido documento contrapõe:

Trata-se de áreas de expressiva participação sócio-econômica da agricultura familiar e estrutura fundiária mais equilibrada e consolidada. São regiões de pouca concentração fundiária e de assentamentos e poucos conflitos (número de acampamentos).

7 - O PROCESSO DE CONTRUÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL-PTDRS

7.1 - I Oficina Territorial: Nivelamento Conceitual e Metodológico

A primeira oficina territorial de Nivelamento Conceitual e Metodológico foi precedida de uma série de reuniões realizadas pelos movimentos sociais. Inicialmente no diálogo aberto entre estes e o INCRA-ES que culminaram na formatação do Território do Norte conforme descrito anteriormente. Dando seqüência, realizou-se novas reuniões para ajustes de interesses e estabelecimento de acordos de convivência dos movimentos sociais entre si e destes com a sociedade civil organizada.

“Estes movimentos tiveram uma postura de construção coletiva decorrentes de uma série de discussões anteriores à oficina sendo nos momentos em que sentaram e construíram um consenso acerca dos eixos prioritários para o desenvolvimento do território. Este fato é inédito e o diálogo aberto entre eles já pode ser considerado um acerto proporcionado pela abordagem da SDT.”²

Alguns aspectos marcaram esse evento sendo que o primeiro deles foi a quantidade de entidades representadas demonstrando uma potencialidade expressa na diversidade de atores/setores sociais que vem se traduzindo num somatório de esforços e alianças para o desenvolvimento do território.

Outro fator marcante pode ser considerado na percepção dos esforços para o entendimento dos conceitos e a massa crítica do capital humano presente. Os questionamentos giraram, ora em torno das questões mais técnicas/ operacionais, ora pelas reflexões em torno das implicações políticas na adoção do enfoque do Desenvolvimento Territorial, sobretudo por parte dos movimentos sociais.

Um terceiro aspecto diz respeito ao amadurecimento político dos movimentos sociais nos aspectos da consciência de seus papéis no Território, sejam eles na luta pela Reforma Agrária, pela Educação do Campo, conceito esse diferenciado de forma recorrente dos demais tipos de educação e que expressa uma demanda de fortalecimento do capital social, seja na forte conotação ambiental de suas

² IICA/SDT/MDA, Silva, D. O. Relatório da Oficina Territorial de Nivelamento Conceitual e Metodológico, Nova Veneza, Fevereiro, 2005.

posições, ante o impacto negativo das monoculturas que avançam em área física do território na mesma proporção da geração de desigualdades sociais. Tal fato contribui para o entendimento do universo que mediatiza esses movimentos e vai ao encontro do fortalecimento do capital social e da dimensão ambiental preconizadas pela abordagem territorial expressa na melhor utilização dos ativos naturais da região e a preocupação com as gerações futuras.

Nesta oficina ocorreu a primeira aproximação consensuada da concepção de Desenvolvimento que se quer para o território e apontou como foco das políticas públicas o Ser Humano - homens, mulheres e jovens, seus valores, culturas e saberes – o que também reforça a potencialidade do Território do Norte. O Box abaixo apresenta a síntese dos debates

Box 01³

- **Desenvolvimento** – *Endógeno e Gerador de Trabalho e Renda*
 - **Humano** – *Campesinato como base das relações, sujeito e foco das políticas públicas e que possibilite a integração campo-cidade.*
 - **Sustentável** – *que respeite o Meio Ambiente, promova a diversidade e possibilite a integração de Homens e Mulheres com a Natureza sem comprometer as gerações futuras;*
 - **Participativo** – *respeito a homens e mulheres, valorização e incorporação de suas crenças, valores, saberes e culturas;*
- Como Contraponto ao avanço e o predomínio das grandes monoculturas de cana-de-açúcar e eucalipto no Território.**

Quais os para Rumos do Desenvolvimento do Território?

- *Consórcios entre os municípios e execução das ações;*
- *Respeito e Fortalecimento da sociedade civil - Interação dos movimentos sociais. Que as forças gestoras ajam de forma ascendente, sinérgica e cooperada com base num Planejamento Estratégico com autonomia e independência do Conselho Territorial na gestão de recursos;*
- *Canais de comercialização solidária e popular da produção familiar;*
- *Reforma Agrária;*
- *Educação do campo, básica e superior - que garanta a permanência do homem e da mulher no campo com qualidade de vida;*

Uma outra potencialidade do territorial é expressa nas iniciativas dos Poderes Públicos municipais que vem implementando diversas experiências dos consórcios municipais, na área da saúde, por exemplo. Na ocasião, nove deles faziam parte do território do CONSAD o que aponta para uma cultura local desse setor, embora não se possa precisar como isso vem sendo feito na prática, de uma boa articulação institucional pública na tentativa de gerenciar os recursos endógenos e as diversas políticas públicas.

³ Op. cit.

O resultado desse processo foi o estabelecimento de consensos decorrente do encontro do diálogo entre os movimentos sociais e os representantes do poder público e a vontade de ambos, expressas na afirmação de seus representantes de quererem contribuir efetivamente com o desenvolvimento do território. A postura de escutar as proposições da nova abordagem, a busca de esclarecimentos e a capacidade de apreendê-la, demonstrou um forte senso de oportunidade de ambos para a aprendizagem e para a ocupação dos espaços de participação efetiva para o exercício do controle social das políticas públicas. O momento de tensionamento entre estes setores com relação à composição da CIAT que poderia representar um entrave para o início dos trabalhos e que teve como pano de fundo a discussão centrada no poder, enquanto elemento presente na gestão social do território, como ele se distribui entre os setores ali representados e quem se empodera, ao contrário, reforçou as impressões da potencialidade do território e pode ser considerado como o primeiro exercício prático de Gestão Social.

A proporção de 2/3 para 1/3 embora aponte inicialmente para um fortalecimento numérico da sociedade civil, teve muito mais significado ante a conclusão de que estes atores chegaram, pela clareza que tiveram, de que a gestão do território não se faz sem um deles.

Box 02

Composição da CIAT

A Comissão de Implantação de Ações Territoriais ficou com a proporção dos componentes de 2/3 (10 representantes) entre sociedade civil organizada e movimentos sociais e 1/3 (5 representantes), para o poder público, totalizando 15 representações.

Dessa maneira, foram escolhidas as seguintes entidades da sociedade civil: **ARCO, MST, RACEFAAES, APTA, ASA, CPT, MPA, FETAES, Pescadores e Quilombolas**. Cada uma com um representante. As vagas do poder público ficaram definidas entre as **prefeituras de Boa Esperança, Conceição da Barra, Barra de São Francisco, INCAPER Regional Pinheiros, e INCAPER regional São Gabriel da Palha**⁴.

O Núcleo Técnico ficou composto das seguintes entidades: Associação de Geógrafos do Brasil-AGB, a Força e Inteligência Jovem Estudos e Política, o Programa DLS-PRORENDA e a FASE. O Fórum é formado de todas entidades participantes e das que se agregarem posteriormente.

Por último, pode-se afirmar que encontro entre o percurso político e o técnico deu-se na definição dos Eixos Prioritários elencados que, por sua vez, se apresentaram na forma de um rol de demandas históricas do segmento da Agricultura Familiar e da Reforma Agrária e que primam pela inclusão social, geração de trabalho e renda através da produção ambientalmente e economicamente sustentável, da diversificação e agregação de valor e comercialização de seus produtos de forma associativa e/ou cooperativada e configuram como alguns dos principais vetores para a dinamização econômica territorial.

⁴ Posteriormente esse escritório foi substituído pelo escritório do INCAPER de Barra de São Francisco

7.2 - II Oficina Territorial: Gestão Social e Planejamento Territorial

A segunda oficina territorial representou um dos momentos de maiores esclarecimentos acerca dos processos de estabelecimento da nova institucionalidade no caso, representada pela CIAT. Algumas das reflexões do grupo de participantes acerca dos porquês da Gestão Social estão ilustradas nas falas a seguir.

Box 03

- *Porque tem que ter uma articulação social*
- *Tem que haver um envolvimento dos diversos atores sociais!*
- *Não temos que pensar só em buscar dinheiro, mas pensar na sustentabilidade!*
- *Tem que envolver questão agrária, saúde, educação e etc!*
- *A definição e a formulação das políticas públicas são feitas pelas organizações de formas hegemônicas, diferentes de gestão pública!*
- *Construir uma política para em um determinado prazo de tempo mudarmos a realidade!*
- *Integração dos municípios, movimentos e para o povo!*

As experiências de Gestão Social das quais participavam foram relatadas e refletiram o estágio em que o território está do ponto de vista do acúmulo de suas trajetórias individualizadas e/ou articuladas com outros atores sociais.

Box 04⁵

“Conselhos municipais de desenvolvimento rural sustentável - funcionam bem onde os prefeitos não interferem e a sociedade civil pode tomar as decisões”!

“Existem as duas realidades, aquelas onde as comunidades definem, e aquelas [propostas] que são oferecidas, a nossa realidade mostra que, onde as experiências nascem da base são mais bem sucedidas”.

“Temos no estado a experiência dos 03 Ceier`s (Centros estaduais integrados de educação rural), que ficam em Boa Esperança, Vila Pavão e Águia Branca, tem ainda o Mepes e as escolas dos assentamentos”. Existe também um processo de gestão e administração dos recursos pelas famílias”.

“Talvez os assentamentos sejam um dos maiores trabalhos de gestão social “educação, saúde, formação”, mas infelizmente, o Estado dá pouca importância a essas experiências concretas”.

“Em nível de região, a coisa é mais difícil, mas nos municípios desenvolver um processo diferenciado é mais fácil”.

“No município de Águia Branca existe uma associação que funciona muito bem, a AAFASP, onde foram juntas duas associações antes existentes, uma de mulheres e uma de homens, e assim começou a avançar”.

⁵ IICA/SDT/MDA, Silva, D. O. Relatório da Oficina de Gestão Social e Planejamento Territorial. Nova Veneza, abril de 2005.

“A gestão social tem que envolver a sociedade civil e governo. Nas poucas experiências que existem, não condizem tão bem assim com a realidade”. Tem o exemplo uma Unidade técnica estadual, recursos do Pronaf, muitas vezes as pessoas falam o nós na primeira pessoa. Quem recebe, realmente teve participação na política? O público tem que crescer junto ao processo!”(relativo ao Crédito Fundiário)

“Temos a gestão e a autogestão, a gestão são as comunidades junto ao poder público, a autogestão são as comunidades caminharem com as próprias pernas, existe ainda um assistencialismo muito grande e nesses exemplos de assistencialismo, existe uma dependência muito grande”.

Nesta oficina os participantes demonstraram uma base de apropriação dos conhecimentos da abordagem do Desenvolvimento Territorial embora tenha se constatado que muitas pessoas começaram a participar e isso evidenciou uma rotatividade e ausência de socialização entre os representantes dos atores sociais. Os questionamentos não só de ordem programática, mas de caráter político-institucional também se tornaram mais complexos denotando uma superação do nível inicial da primeira oficina. O nível de entendimento entre sociedade civil e poder público foi construtivo embora se percebe que a CIAT muito ainda tem que fazer no sentido de sensibilizar, sobretudo os prefeitos para que estes compreendam a política de DT e continuem apoiando a participação de seus representantes bem como os futuros projetos territoriais que venham a ser implantados em seus municípios. A relação com a Caixa Econômica Federal também ficou muito bem explicitada do ponto de vista dos entraves burocráticos e é importante frisar que quando se referiam à mesma, o faziam baseados nas experiências anteriores com os PRONAF's municipais e/ou Intermunicipais o que denota que a CIAT terá que se antecipar e construir uma boa relação com este órgão e contribuir na resolução de pendências.

Em termos de Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável, o Território apresenta capital social com muitas experiências e capital humano pró-ativo.

Um dos produtos desta oficina foi o estabelecimento das ações referentes à Gestão Social atribuídas ao colegiado da CIAT

CIAT (Relações institucionais):

- Diálogo com os prefeitos e realização de 01 Seminário;
- Oficializar a participação do poder público;
- Realizar os diálogos com as câmaras municipais;
- Convidar a Caixa Econômica Federal para reuniões da CIAT e Oficinas;
- Garantir no Plano político a participação da sociedade civil;
- Mobilizar e fortalecer a participação das mulheres;
- Solicitar a inclusão na pauta do Conselho estadual da aprovação dos Planos e Projetos.

CIAT (Comunicação):

- Divulgação da CIAT;

- Melhorar a informação e comunicação;
- Divulgar o território e suas linhas;
- Preparar material informativo;
- Montar um banco de dados dos atores sociais;
- Criar um grupo eletrônico.

CIAT (Funcionamento):

- Fazer um acordo de convivência, regimento interno da CIAT;
- Garantir a não rotatividade dos membros, definir suplentes;
- Elaborar uma proposta de acordo de convivência para o fórum territorial.

CIAT (Estruturação):

- Garantir infra-estrutura no PTDRS (Projeto e PT);
- Custeio de algumas atividades.

Núcleo Técnico:

- Estabelecer o acompanhamento e orientação na implantação dos Projetos;
- Contratação de um técnico articulador;
-
- Capacitar o articulador;
- Identificar pessoas e/ou instituições para formação das redes territoriais;
- Capacitação dos técnicos para elaboração dos Planos e Projetos;

Capacitações (Elementos orientadores):

- Oficinas e Seminários de gestão social na base;
- Formação de multiplicadores em gestão social;
- Formação em metodologias participativas;
- Capacitação ser desenvolvida de acordo com a ação a ser desenvolvida;
- Educação Ambiental integrada;
- Visitas de intercâmbio intermunicipais de grupos de interesses e territórios;
- Realização de palestras sobre territórios junto à base.

PTDRS:

- Fortalecer as iniciativas territoriais já existentes.

DIAGNÓSTICO:

- Levantamento da realidade da agricultura camponesa no território bem como dos mercados institucionais e da oferta da produção da Agricultura familiar.

7.3 - III Oficina Territorial: Planejamento Territorial

Nesta oficina fortaleceu-se o processo de construção do PTDRS e as falas dos atores sociais a respeito da visão que têm da maioria dos projetos de Desenvolvimento Rural demonstrando clareza e senso crítico. A perspectiva da construção desse plano de forma participativa teve uma receptividade positiva e veio ao encontro das expectativas dos participantes. As falas do box a seguir demonstram a interpretação do universo dos projetos governamentais e de muitos não governamentais também dos quais vivenciaram em seus aspectos positivos ou negativos.

Box 05

Como são elaborados os planos de desenvolvimento?

Neste momento os presentes foram interrogados sobre como são elaborados os planos de desenvolvimento.

MPA – *A grande maioria dentro do gabinete das prefeituras;*

MST – *Por pessoas de fora, que não conhecem a realidade da região;*

INCAPER / Barra de S Francisco – *Muitos são participativos, mas a maioria só leva em consideração interesses imediatos.*

RACEFFAES – *Sem a participação dos atores e por isso não dão certo.*

A Visão de Futuro do Território

O momento de exercício para a construção da Visão de Futuro do Território Norte, na verdade significou um olhar mais crítico e com mais conhecimento sobre a abordagem territorial.

Houve uma qualificação sobre o tipo e os rumos de desenvolvimento para o território pretendidos pelos atores sociais.

Box 06

Que tipo de desenvolvimento queremos?

Desenvolvimento – *Endógeno e gerador de trabalho e Renda*

Humano – *Campesinato como base das relações, sujeito e foco das políticas públicas e que possibilite a integração campo-cidade;*

Sustentável – *Que respeite o meio ambiente, promova a diversidade e possibilite a integração de homens e mulheres com a natureza sem comprometer as gerações futuras.*

Participativo – *Respeito a homens e mulheres, valorização e incorporação de suas crenças, valores, saberes e culturas busca de ideal comum e solidário.*

Como Contraponto ao avanço e o predomínio das grandes monoculturas de cana-de-açúcar, eucalipto, cafeicultura e fruticultura no Território.

Quais os para Rumos do Desenvolvimento do Território?

- ***PARCERIA entre os municípios (Poder Público, Movimentos Sociais e Sociedade Civil Organizada) no planejamento, execução, monitoramento e avaliação das ações;***
- ***Respeito e Fortalecimento da sociedade civil – Articulação e Interação dos movimentos sociais. Que as forças gestoras ajam de forma ascendente, sinérgica e cooperada com base num Planejamento Estratégico com autonomia e independência do Conselho Territorial na gestão de recursos;***
- ***Produção ambientalmente sustentável e canais de comercialização solidária e popular da produção familiar;***
- ***Reforma Agrária com envolvimento dos movimentos sociais nas definições, planejamento e execução e com recursos suficientes para garantir o desenvolvimento dos Assentamentos e entornos;***
- ***Educação do campo, continuada, básica e superior fortalecendo e qualificando mais as experiências em andamento no território de modo que garanta a permanência do homem e da mulher e seus filhos no campo com qualidade de vida;***

Houve ainda um bom debate e reflexões sobre Planos e Projetos costumeiramente implementados a os relatos que seguem denotam uma vivência muito crítica e em alguns momentos até de desconfiança com relação aos mesmos.

“Uma coisa é o Plano e outra coisa são os projetos! Os projetos devem ser norteados pelo plano e se possível contemplar esse Plano, com ações para o aprofundamento do próprio conceito de Territorialidade para construirmos um território melhor”.

“Uma família tem um tipo de visão de futuro diferente de um administrador público, mas esses dois atores, em conjunto, podem construir uma visão de futuro muito mais ampla. Até mesmo as entidades também têm uma visão de futuro diferenciada, ou seja, a única forma de melhorarmos essa visão é justamente envolver a base, que no nosso caso são os agricultores (as) familiares e infelizmente não está acontecendo esse fluxo de informações”.

“Nós podemos traçar um excelente Plano, mas se os atores não o conhecerem, estaremos fadados ao fracasso. Quando nos reunimos com as lideranças e começamos a traçar planos acredita-se que essas lideranças estão representando a voz do consenso tirado na discussão com sua base, se isso não está acontecendo, o problema está nas organizações que não estão empoderando sua base com informações”.

Apesar de todas as reuniões anteriores para definição e homologação do território, percebe-se que existe um movimento incompleto, ou seja, na primeira “aproximação” da delimitação, tomou-se características como a presença dos atores sociais representativos do público prioritário do MDA, características dos sistemas produtivos, estrutura fundiária, ocupação dos atores, econômicas como níveis de pobreza, etc. Pode-se até dizer que essa primeira aproximação abarca elementos de identidade e até de sentimento de reconhecimento no outro ou na outra, um companheiro, uma companheira mas o sentimento de pertencimento dá-se e fortalece-se nos valores culturais e ambientais enquanto elementos de coesão que amálgamam a proximidade social e guardam uma potencialidade de favorecer a solidariedade e cooperação. Portanto, o caráter multidimensional envolvido no conceito foi apresentado apenas pelas metades. Uma demonstração bem clara de que os atores sociais demandam um momento específico para o aprofundamento do debate sobre território e territorialidade na aproximação da identidade para dentro e para fora e como elemento potencializador da construção de consensos no projeto de Desenvolvimento Territorial, é expressa na fala a seguir.

“O desenvolvimento não vai passar pelos projetos em si, o maior proveito que tiramos disso é o processo de construção. Por exemplo, quais os projetos que estaremos propondo e que estarão se contrapondo à questão do granito, monocultura do eucalipto, etc.? Isso deveria ser discutido com a base, temos que nos preocupar com a base, no entanto estamos sempre presos às datas, sempre muito apertadas”.

“A sociedade civil já está esquentada. Qual é a proposta de Território? Colocar o Território dentro do programa ou colocar o programa dentro território? Como será o planejamento se não conseguirmos associar esses temas? Qual o conceito de território?”.

7.3.1 - Eixos Prioritários de Desenvolvimento do Território:

Percebe-se desde a primeira oficina em que os eixos foram definidos, que o território foi reforçando-os em seus entendimentos, apropriação e posturas. Ao se propor que se realizasse um novo olhar sobre os eixos prioritários definidos na primeira oficina territorial para qualificá-los melhor e se estabelecesse uma ordem de prioridade os debates que se seguiram tiveram muita qualidade confirmando a educação do campo como estratégia do desenvolvimento. O consenso foi geral e reflete na vasta gama de experiências que o território desenvolve neste sentido.

Os eixos prioritários com suas respectivas ações previstas ficaram assim estruturados:

1ª - Educação no campo (capacitação e formação).

- Aquisição de área rural para construção e aparelhamento de um Centro de Formação para a Agricultura Familiar.
- Construção de Unidades Demonstrativas nas Escolas Famílias Agrícolas.
- Ampliação das estruturas físicas e aparelhamento das Escolas Famílias Agrícolas.
- Formação e Capacitação de agricultores familiares, técnicos e comunidade escolar.

2ª - Questão Fundiária.

- Criar comissão territorial para acompanhar e fiscalizar a questão ambiental nos projetos de reforma agrária.
- Realizar mobilizações e manifestações com o objetivo de recadastrar terras devolutas, de quilombolas e de grandes proprietários.
- Capacitar técnicos e agricultores familiares de forma a reduzir as dificuldades burocráticas com as diferentes modalidades de crédito rural.
- Promover um seminário sobre questão fundiária.

3ª - Agroecologia (ATER, Meio ambiente, Gênero e Geração, Organização social, produção e comercialização).

- Pesquisar e implantar novas experiências de produção agroecológicas.
- Realizar um levantamento e um mapeamento das experiências existentes no Território e/ou fora dele de forma a promover a integração destas experiências já existentes.
- Estimular a comercialização solidária e integrada.
- Promover e estimular a certificação participativa e solidária dos produtos da agricultura familiar.
- Criação de um selo territorial.
- Incentivar a diversificação da produção agrícola.
- Incentivar a criação de um banco de sementes crioulas.

- Incentivar a criação de pequenos animais e implantação de hortas comunitárias.
- Realizar cursos de capacitação para técnicos, agricultores familiares e estudantes das EFA's, promovendo também visitas de estudo e intercâmbios.

O MUNDO DOS PROJETOS

Dando continuidade ao debate em torno do tema Projetos, realizou-se com os atores sociais do território um exercício de avaliação dos projetos do PRONAF's Infra-estrutura no período de 1997 a 2002. Essa reflexão serviu para que se consolidasse a nova perspectiva de gestão dos recursos públicos destinados à Agricultura Familiar em detrimento das velhas práticas de usos dos recursos daquele programa e, sobretudo, reforçar a questão da participação inerente à Gestão Social Territorial. As respostas do coletivo foram assim sistematizadas:

“Com relação aos recursos disponibilizados pelo Pronaf-infra para as prefeituras, podemos dizer que esses não tiveram um bom aproveitamento. Foi possível perceber que não foram aplicados de maneira correta, ou pelo menos destinados a finalidade que deveriam atender e mais que isso, parece que fugiram ao controle dos CMDRS's. Uma coisa é certa, esses dados fizeram com que ficassem abertas uma série de questões:

Nas mãos de quem estão as máquinas?

Será que estão realmente contemplando os agricultores ou estão atendendo à falta de infra-estrutura dos municípios?

Qual o tipo de trabalho é realizado com esse material?

Como está a atuação dos CMDRS's (Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável)?

Qual sua importância?”

“O grupo entendeu que a grande maioria dos recursos era utilizada para comprar máquinas, tratores, caminhões, fugindo da realidade e até mesmo das principais necessidades do agricultor familiar. Também avaliamos, como no mínimo inexistente a atuação dos CMDRS”.

“Os agricultores (as) que são as pessoas que deveriam realmente ter acesso aos benefícios do recurso, na grande maioria das vezes sequer sabem de sua existência”.

“Em poucos projetos financiados, o agricultor (a) familiar foi o beneficiado, até por que o material ficava na mão das prefeituras e eram utilizados para fins eleitoreiros”.

8 - CONCLUSÃO

De um modo geral percebe-se, no território, que os atores vem se apropriando dos termos, conceitos, trâmites e proposições do DT. Há um clima de cooperação e interação por parte de todos os atores. Dentre as discussões dos grupos foi possível analisar que, existe a preocupação, de não apenas propor novas ações, mas também otimizar os recursos que já estão dispostos dentro do Território, de modo a multiplicá-los e potencializá-los. Houve a preocupação no que diz respeito aos riscos e potencialidades que possam envolver qualquer uma das propostas de projetos. A etapa de priorização dos eixos foi importante, pois pôde se perceber o “lugar” das diversas falas, as concepções dos movimentos sociais e a necessidade de localizar o DT no bojo de suas ações. A agroecologia deverá ser muito trabalhada no PTDRS, mesmo percebendo que este não é um dos carros chefe do território. Existem questões mais prementes que movem as entidades. Isso fica nítido quando numa análise do sistema de produção, a própria diversificação é algo que é trabalhado na região porém, tanto a Agroecologia quanto a diversificação daí decorrente são “nortes” ainda tênues, portanto, faz-se necessário um maior aprofundamento e debate coletivo. Nesta trajetória, a posição dos pescadores foi demarcada em definitivo enquanto atores que reivindicam a palavra e a atenção, a participação. Mais uma vez os remanescentes dos Quilombolas estiveram ausentes e isto poderá acarretar a não contemplação destes, no plano e nos projetos setoriais.

No que diz respeito à educação do campo a idéia é priorizar o trabalho em conjunto com os municípios, de modo a potencializar as organizações e as experiências que já existem. Este foi o único eixo que não se teve dúvidas sobre a sua prioridade, houve total sintonia. Embora a questão fundiária tenha sido o segundo eixo convictamente consensuado, as propostas de ações neste âmbito deverão ser mais bem estruturadas no Plano e nos projetos.

Desta feita é preciso que se faça agora um esforço no sentido de se fazer uma mobilização em todos os municípios membros do Território Norte Capixaba, com o objetivo de envolver o maior número possível de entidades que ainda não participam deste processo, bem como é preciso ter uma conversa mais detalhada com os administradores municipais e suas respectivas equipes para sensibilizá-los da importância da participação do Poder Público Municipal em todo este processo.

